

Funções do tempo e do aspecto na dissociação de dois modos de textualização de acções: narração e relato

Ana Cristina Sousa Martins

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

O objectivo da exposição é distinguir *narração de relato de acções* através do apuramento de mecanismos de estruturação discursiva de natureza enunciativa/temporal e aspectual. O campo de análise em invocação atém-se ao texto escrito e ao registo de 1ª pessoa.

A focalização descritiva incidirá particularmente sobre o *relato*, sendo que a caracterização da estrutura narrativa — entendida estritamente como núcleo tensional e não como unidade narrativo-descritiva — participa aí como contraponto, em apoio da organização e clareza da exposição; nestes moldes, basicamente:

- enquanto a narração faz radicar as acções num ponto de referência anterior e autónomo em relação a T0 e as enforma como unidades sintéticas que, pela simples sucessão, produzem avanço temporal; o relato tem como ponto de orientação T0 e as acções aí denotadas são tomadas como contemporâneas da percepção, do pensamento e da enunciação, ficando a progressão temporal a cargo de adverbiais e da expressão de culminações;
- a narração respeita um esquema transformacional que hierarquiza núcleos de acções acabadas, em função da dinâmica *preparação-culminação-consequência*; ao passo que o relato se consubstancia numa enumeração de acções, num mesmo plano linear, acções essas que, representadas como não acabadas, estão despojadas do seu valor de acto, cumprindo por essa via uma função qualitativa;
- se a narração disponibiliza uma matriz organizacional da experiência humana, o relato ilustra uma visão do mundo.

A exposição fecha com o esboço de um exercício de análise discursiva de um relato: “Uma viagem alucinante”, Fernando Marques, *Público*, 15-11-01.

1.

Antes de partir para o corpo desta exposição, parece-me útil explicitar alguns pressupostos que, emanados do quadro teórico que congrega a teoria da enunciação, a pragmática e a linguística textual, justificam o ângulo de análise seleccionado na descrição da especificidade do modo de organização discursiva que é o relato.

O primeiro pressuposto, atinente aos fundamentos de uma linguística do uso do sistema, é o de que o valor de uma categoria gramatical contemplará as actualizações ou empregos dessa categoria em diferentes contextos discursivos particulares.

Podemos tomar como corolário deste pressuposto a consideração da hipótese de que os tempos verbais talvez não venham a ser fundamentalmente instrumentos de localização das acções no tempo, consideração assumida por Le Goffic já em 1955 e abundantemente invocada daí em diante; no reverso desta, está a assunção de Weinrich (1964) que atribui aos tempos verbais a capacidade de determinar as funções discursivas dos signos que lhe são contíguos, de instruir na gestão de orientações, desenhos, projecções e dinamismos discursivos, enfim, de delinear diferentes modos textuais de selecção e organização do material verbal.

O segundo pressuposto dita que um discurso organizado em torno da passagem do tempo — em que é estabelecida uma linha temporal composta por momentos onde ocorrências tomam lugar num qualquer mundo possível — não tem de ser automaticamente uma narração.

Neste sentido se afirma, por exemplo, que planos ou projectos, descrições simultâneas de acções ou relatórios não são narrações, apesar de serem discursos temporais.

Vinculado a este pressuposto está necessariamente o de que um discurso não narrativo não deve ser tomado à partida como um texto mal formado, na elaboração do qual falharam com as regras da gramática narrativa; nem, por outro lado, tem de ser necessariamente um lugar de exploração criativa das práticas de sequencialização linear de acções.

Será pertinente voltarmo-nos a questionar sobre o que é ou não é um discurso temporal não narrativo sobretudo quando não fugimos à herança do modelo de Semiótica da Escola de Paris, onde a sintaxe narrativa é o molde de estudo de qualquer texto, em que a narratividade é erigida como princípio estruturante de qualquer produção discursiva. Será pertinente questionarmo-nos sobre isso também porque vulgarmente vemos associar a acção de contar a diferentes formas de produção textual, desde formas difusas de ficcionalização do real até à notícia ou reportagem; por exemplo, no *Livro de Estilo do Público*, na pág. 96, da 1ª edição diz assim:

“uma informação original, rigorosa e sólida só funciona jornalisticamente se for pensada e contada como uma história...”

e também

“seja qual for o ângulo que o jornalista privilegie no arranque de um texto, é a partir daí que o leitor deve captar o sentido global da narrativa.”

O terceiro pressuposto dirige os dois anteriores e consiste no seguinte:

As recorrências de valores temporais e aspectuais patenteadas num dado discurso estão implicadas:

- (i) na gestão que aí se faz dos modos de enunciação (narração-discurso de Benveniste);
- (ii) no regime de tematização, expansão e progressão semântica conducente ao delimitamento das macroestruturas que o edificam como um todo de sentido;
- (iii) e no apuramento do tipo de interacção nele ou através dele instituída.

É com base nesta assunção que distinguirei narração de relato repartindo a minha exposição pelas três dimensões:

- enunciativa;
- textual;
- interaccional.

2.

Agreguei até aqui os termos “narração”, “narrativa”, “história” em equivalência com o “acto de contar” que será, basicamente, o acto de configurar uma realidade através do encadeamento causal de acções transicionais em progressão até uma consumação, radicadas num universo temporal cujo ponto de referência é alheio e autónomo em relação a momento de enunciação, configuração essa vocacionada para dar a chave de uma particular inteligibilidade do mundo que nos circunda e no qual agimos. Apesar de reconhecer que é isto que devemos entender por narração, ao longo desta exposição tenderei a focar na estrutura narrativa apenas o seu núcleo tensional, colocando de lado o tratamento da unidade textual extensiva narrativo-descritiva. Isto porque a caracterização da estrutura narrativa participa aqui apenas como contraponto em apoio da caracterização das estruturas textuais de relato.

Ora, o relato, por assim dizer, “verdadeiro” é a reportação directa de acções, em que os actos de ver e falar são simultâneos - como acontece, por exemplo, no relato desportivo ou na cobertura noticiosa em directo pelos meios audiovisuais.

O relato escrito está sempre dissociado, por definição de ser um texto escrito, das suas coordenadas de enunciação e em particular do momento em que foi produzido, escrito. A simultaneidade rigorosa entre o momento da produção enunciativa e o momento da visualização/experienciação do objectos/acções referenciados é impossível em qualquer texto escrito, mesmo que a distância temporal entre um coisa e outra possa ser muito pequena, como acontece na carta, no diário ou na reportagem (que não a reportagem de investigação). Se assim é, então, como funciona aqui o dispositivo deíctico de ancoragem temporal de modo a permitir aos co-enunciadores a construção dos mesmos valores referenciais?

No curso desta inquirição, reuni escritos contemporâneos sobre viagens da autoria de jornalistas (posso nomeá-los: Rui Araújo, Joaquim Furtado, Diana Andringa, Miguel Sousa

Tavares, José Manuel Barata-Feyo) publicados em livro, que confrontei com o diário de Luciano Alvarez, sobre o Setembro de 1999 em Timor, publicado no *Público* (e, posteriormente, em livro com o título *Aquilo que Não Se Pode Esquecer*) e ainda com algumas reportagens (de Alexandra Lucas Coelho e Pedro Rosa Mendes).

Aquilo que pude observar é que há regularidades assinaláveis no comportamento do dispositivo deíctico nesta área discursiva, o que pode ser descrito globalmente deste modo: estes discursos localizam os estados de coisas como anteriores ao momento da produção escrita (anteriores, mas não autónomos, como acontece no texto narrativo). É tal vem explicitamente marcado pela datação e adverbiais. Mas logo, e durante uma grande extensão textual, a situação de enunciação é recolocada ou recriada nesse intervalo de tempo anterior; ou seja, dá-se aqui esta incoerência temporal em que a visualização ou experienciação das acções, veiculadas por escrito, é dada como contemporânea da enunciação.

Após esta constatação, passei então a considerar como parâmetro fundamental de definição do relato escrito esse movimento de simulação de um relato directo — considerando correlativamente a hipótese de que também por este parâmetro poderíamos distinguir relato de relatório, sendo este último uma linearização plana e não consecutiva de acções pretéritas.

3.

Posto isto, direi que, no plano enunciativo a narração pressupõe a instauração de um novo, autónomo e independente eixo de orientação temporal pela activação do sistema deíctico temporal secundário cujo centro é o Imperfeito e do qual partem ramificações expressas no Pretérito-Mais-Que-Perfeito e no Futuro do Pretérito. Aqui, o Pretérito Perfeito, com o qual o Imperfeito estabelece uma relação de referência temporal anafórica, exprime o processo como um ponto tridimensional fechado, afastado da noção de anterioridade. É assim que o Pretérito Perfeito opera neste contexto a objectivização do passado, desgarrando-o do presente da enunciação.

No relato, o estado de coisas descrito está em relação deíctica subjectiva com o presente da enunciação, sendo que os efeitos ou resultados daí emanados prolongam-se até à actualidade. A relação temporal deíctica de anterioridade está justamente assinalada pelo Pretérito Perfeito, como em geral é patente na modalidade de enunciação “discurso”. Porém, apesar desta instrução temporal deíctica de anterioridade, donde decorre a implicação aspectual de processo acabado, o sujeito enunciador recorre, em longos segmentos textuais, aos deícticos primários, indiciais, numa submodalidade de mostração deíctica de que Bühler já em 1934 fez a descrição. Refiro-me a um dos tipos de deixis “am phantasma”, mediante a qual um locutor invoca uma experiência de que fez, poderia ter feito ou planifica vir a fazer parte, incluindo-se a si e ao seu interlocutor numa situação que não é a situação primordial de enunciação, mas que é referenciada como se fosse, através do recurso integral ao dispositivo do subsistema actual — o que, em paráfrase resultaria assim: “eu estou aqui e agora a ver e a experienciar isto deste modo.” A partir deste ponto, temos a certeza de que o momento da produção escrita deixa de contar como ponto de relativização temporal. A visualização directa, in loco, por dentro do desenrolar das

acções é exibida pelo recurso à deixis indicial. O Presente simples e perifrástico-progressivo passa a ser o tempo dominante. Ele reproduz o valor de presente inerente à enunciação, co-extensivo ao sujeito da elocução, delimitando-se por referência interna entre aquilo que há-de vir e aquilo que já não é. O valor aspectual de inacabado determina que um dos instantes constitutivos do processo é o momento a partir do qual é focalizada a sua realização, sendo que esse ponto de perspectivação acompanha o próprio movimento do desenrolar do processo. Daqui decorre a caracterização do relato como uma enunciação dramática ou mimética, dado que a enunciação é ela própria objecto de representação — e já não só os estados de coisas designados.

Sabemos como o Presente e o deíctico “agora” - deícticos que, formalmente, pertencem ao subsistema actual — podem ser actualizados na narração. Sabemos como estes usos estão associados à hipotipose, à expressão viva e animada de um facto. Mas o Presente na narração recebe uma interpretação semântica de passado, num mundo ausente desligado do momento da enunciação, porque é contingente e comuta com os deícticos do subsistema inactual e porque é assistido por instruções explícitas de transposição temporal. Já o Presente no relato aparece num *frame* temporal de presente, ou seja, ele é aqui contíguo aos restantes deícticos indiciais, o que permite falar da deslocação do próprio momento da enunciação, tanto mais que esse *frame* temporal de presente está vigente em longos segmentos textuais. Pelo contrário, o Presente na narração não pode ser o tempo dominante, pois que, sendo-lhe, aqui, atribuídos os efeitos de saliência e de deslocação do ponto de vista do narrador para o da personagem, a banalização da sua actualização resultaria na neutralização destas funções.

4.

Já no plano textual importa também saber como é que valores temporo-aspectuais determinam princípios sequenciais de um e de outro arranjo discursivo.

Na narração, o Pretérito Perfeito é o tempo nuclear. Potenciando a representação do evento como um ponto tridimensional fechado, veda a simultaneidade entre eventos e presta-se a referenciar as acções numa cadeia em sucessão linear, sendo que o início de um evento depende da completação do precedente. É a noção de completação arreigada ao Pretérito Perfeito que inscreve eventos e processos numa linha de progressão temporal, mesmo na ausência de adverbiais de ordenação.

Mas este tempo que progride não é só o tempo cronológico, mas o tempo da trama global, realizada na transição de conflitos para a resolução de tensões, por via da actualização de situações complementares simétricas, correlatas, tensionalmente opostas. O núcleo tensional mínimo abre com a expressão de situações estativas ou de actividade, correspondente à conjuntura ou motivações da acção central, avança para a expressão de processos culminados, que realizam o par acção-reacção e fecha com um estado resultativo ou consequente.

Enquanto texto finalizado, a narração não é extensível: ao cumprirem o esquema de incidência que imediatamente acima descrevi, os eventos não mais se podem suceder, pois que já conduziram ao alcance de um termo, já realizaram um cumprimento ou uma aquisição.

Este esquema de incidência é de composição hierárquica no sentido em que às acções que realizam o ponto de alcance estão subordinadas, por uma orientação retrógrada, todas as outras acções e estados.

No relato o tempo nuclear é o Presente. Em face disto a primeira questão que se coloca visa saber que processos aqui são operacionalizados para situar as acções numa linha temporal. Dado que o Presente não veda a leitura relativa à simultaneidade de acções, a disposição linear de eventos no tempo faz-se pelo recurso a organizadores temporais, pela significação lexical dos predicadores, harmonizada com o conhecimento do mundo (sendo neste caso a interpretação concernente ao avanço temporal retirada por implicatura) e por perífrases verbais que exprimem a fase em que é captado o processo (desde a fase iminencial até à fase egressiva).

É o Presente (simples ou perifrástico) que integra a predicação quer de situações estativas, quer de culminações e processos culminados, sendo que as primeiras não suportam nem dirigem as segundas. Cada porção da macro-acção apresentada no relato é do mesmo tipo de cada acção analítica que a realiza. O discurso progride por acumulação de referentes. A tessitura textual avança por saturação e completação. Informacionalmente, o texto é lido sempre para a frente, no sentido em que os referentes designados em enunciados anteriores a um dado enunciado X entram em composição adicional com os referentes designados nesse enunciado e nos que se lhe seguem. Tal manifesta-se mais visivelmente pela presença de conectores de adição ou pela simples aposição assindética.

São estes dois vectores - Presente e sintaxe paratáctica, na base de um estrutura textual plana e homogénea - que levam Jean-Michel Adam (1989; 2000) a associar o relato à descrição de acções, explorando as conclusões de Hamon (1981).

O relato, tal como a descrição, ao contrário da narração, é teoricamente infinita, termina sem conclusão, porque a cadeia linear de eventos pode extinguir-se, mas não se consuma.

Mas, tal como afirmei na introdução, o relato, enquanto texto não narrativo, não deixa de estar orientado para a construção de um todo de sentido, onde são detectadas relações de mútua relevância entre estruturas semânticas que, basicamente, hão-de concorrer para dar ao alocutário uma imagem, um quadro, uma visão do que esteve a acontecer durante um período de tempo, o que redundará afinal na função descritiva-referencial que toma o espaço social como objecto.

5.

Os constrangimentos enunciativos e os constrangimentos textuais determinam-se mutuamente num e noutro modo de textualização das acções, espelhando resultados distintos no regime das relações interaccionais entretecidas.

Assim, no relato, o locutor designa, mostra e comenta a realidade em experienciação. Dado que o mundo relatado está em ligação directa com a situação de comunicação, como deixei anotado, assistimos à fusão do sujeito textual (entidade do discurso) com o sujeito extratextual (aquele que produz significantes gráficos). Se assim é, se o EU intradiscursivo

é indistinguível do EU - locutor, a relação interlocutiva EU-TU estará sempre latente ao discurso.

Faço notar, em contraponto, que a narração (e agora interessa-me olhar especificamente para a narração de primeira pessoa) reserva o estatuto de não-pessoa do discurso ao pronome "EU", porque no uso transposto do deíctico, "EU" nunca é aquele que fala, havendo apenas uma identificação ontológica/onomástica com o sujeito enunciador; tal facto é ditado, em primeira ordem, pelo hiato temporal entre o mundo representado e a situação actual da enunciação.

É fácil perceber como, em face desta homologia entre o "EU" que fala e o "EU" de que se fala, o relato pode ser um discurso permeável a outros discursos — os discursos da memória, do conhecimento, da ideologia, de projectos, de crenças, da arte, etc; e que entremeie bem com sequências explícitas de argumentação, preenchidas por apelos ao conhecimento de realidades sociais, ao enquadramento de episódios do nosso quotidiano e à actualidade noticiosa. Inclusivamente, a compor esta heterogeneidade discursiva podemos encontrar uma sequência narrativa. Pelo contrário, a narração não absorve a inclusão de relato (se uma narração contiver uma sequência de relato diremos sempre que ela foi suspensão e que será retomada).

Acresce que, a partir do momento em que, no relato, o locutor se mostra a viver no decurso da ocorrência de um estado de coisas, em auto-referencialidade, aquilo que é dito não pode deixar de ser real. O Presente assume, neste nível, um valor testemunhal ou constativo e por esta via o locutor oferece-se maximamente como credor da sua palavra, assumindo em evidência deíctica a verdade das proposições expressas. Tal explica que o relato seja tomado como um texto factual: ele tem um espaço de verificação extratextual ou paratextual, se for publicado num jornal, por exemplo, e tem um espaço de verificação intratextual, construído através da expressão da simultaneidade entre o ver e o dizer, mas também através de uma sequencialização de estruturas semânticas, em organização plana, não subordinada, que parece seguir o devir da experenciação, aleatória e fragmentária, não subordinada, tomada como existindo independentemente do discurso. Estes dois factores permitem atingir um grau elevado de conformação perfeitamente exacta do mundo em representação; um grau elevado de fidelidade face ao próprio acto original da percepção.

Já a interacção estabelecida pela narração é exterior ao mundo temporal transposto; é exterior ao núcleo tensional das acções. A função interactiva da narração está localizada para além dela, quando se estabelece uma relação temática entre o mundo narrado e o mundo da situação do plano actual em que toma lugar o acto de contar. (Também neste nível a narração é um texto fechado). É só neste momento que o locutor pode apelar para o propósito, objectivo e pertinência da sua elocução narrativa que há-se ser a de validar conceitos sobre a natureza das coisas que se querem ver como verdades comumente aceites, a partir da disponibilização de uma matriz organizacional da experiência humana. Neste sentido se diz que a "moralidade é anterior à fábula", ou seja, que a narração tem uma determinação retrógrada, pois que é o fim ilocucional da narração que determina a sua orientação configural.

6.

Partamos agora para a análise sumariada da crónica seleccionada (ver anexo), com a finalidade de provar (nos dois sentidos que o verbo encerra), neste espaço, ainda que apenas parcialmente, as conclusões até aqui arroladas.

O discurso abre com a identificação e caracterização da acção global — viagem de ida e volta de Quetta a Chaman, no Paquistão. A amplitude e pertinência comunicativa da qualificação da viagem resulta de o locutor não tomar apenas em conta a acção como uma unidade individual, mas recorrer à expressão de uma classe de acções e de agentes. Esta expressão é potenciada pelo Presente habitual activado em “transportam”, “transformam-na” (enunciado **A1**). Está assim lançada a instrução de que as sequências subsequentes conterão a especificação dessa acção globalmente caracterizada, que passará pela actualização do Presente pontual, semelfactivo.

Esta caracterização global da viagem (ainda em **A1**) encerra uma avaliação, a partir da qual se sustenta o equilíbrio interfuncional entre as sequências de descrição de objecto e as sequências de relato propriamente dito. Assim, atesta o julgamento de “sacrifício em si mesma” a descrição de Pir Alizai, no enunciado **C17**, bem como a descrição sumária das cidades do Baluchistão, no enunciado **C20**. Por sua vez, a avaliação adstrita a “alucinante” é apoiada e justificada pelos segmentos em que a deslocação da viagem é perspectiva por dentro do seu desenrolar (segmentos de relato, portanto). Ora, da qualificação “sacrifício em si mesma” para “aventura alucinante” vai um movimento de intensificação emotiva, assinalada pela correlação dos marcadores “já”-“mas”. (Noto também que “alucinante” é o qualificador remetido para o título). Daqui decorre outra instrução: a de atribuição de saliência aos segmentos de relato.

Tanto o enunciado **B2** como **B3** encerram o primeiro movimento de expansão desse enquadramento geral da acção. **B2** radica os acontecimentos, através do deíctico “ontem”, num intervalo de tempo imediatamente anterior ao momento da enunciação, o mesmo intervalo de tempo coberto pelo Pretérito Perfeito “partiu”.

Cabe aqui um parêntesis breve, que parcialmente responde à questão invocada no ponto 2. desta exposição: devemos entender por “momento da enunciação” o ponto de cálculo de referência temporal tal como ele é instrucionado pelos deícticos. O momento concernente à situação real de produção discursiva é despicienda, ainda mais num texto de imprensa publicado num jornal diário, em que o momento da enunciação é determinado em função do tempo do leitor — estou a dizer que o jornalista que redige um texto sobre factos ocorridos no dia em que está a escrever, vai determiná-lo temporalmente não com um “hoje” — o tempo da produção discursiva —, mas como um “ontem” — o tempo da recepção. A situação de enunciação é neste âmbito uma criação intradiscursiva, naturalmente, constrangida, em várias frentes, por uma situação real de comunicação.

A avaliação no enunciado **B3** (“Ainda na cidade, é já uma algazarra:”) faz-se com base numa situação durativa, não télica, afecta a acções iterativas, valor retirado do plural dos deverbais “buzinadelas” e “ultrapassagens”. No entanto, a situação inicial em representação não motiva, nem implica ou sustenta logicamente acções futuras, antes se constitui de um conjunto de comportamentos que se irão repetir sob diferentes circunstâncias.

De facto assim é: o advérbio aspectual “já”, que marca incoativamente os predicados nominais, oferecendo um ponto de perspectivação de acções futuras, vem marcar que as acções aqui representadas são da mesma qualidade das acções subsequentes.

É a partir do enunciado **C6** que assistimos à transposição da própria situação de enunciação para o intervalo temporal em que os acontecimentos tomam lugar. Este regime prossegue até ao fim da crónica sem que se dê a retoma da situação inicial de enunciação. O Presente na predicação de uma situação culminativa, captada na sua fase conclusiva - “Acaba de ultrapassar” (no enunciado **C7**), ao fazer coincidir o instante da enunciação com o instante da experiência transitória, inicia uma cadeia de acções pontuais, fixadas a partir do interior de e apontando para a sua própria ocorrência.

Se assim é, neste regime discursivo - o do relato — o intervalo de tempo ocupado pela elocução corresponde ao intervalo de tempo que demora a acção a efectivar-se — fenómeno que comumente vemos designado por “reportação dos factos em tempo real”. É este entendimento que justifica a relação entre o enunciado **C5** - “Leva algum tempo a perceber a razão por que agem assim” e **C10** “Então é isso”: a extensão temporal referida em **C5** é exemplificada na exacta extensão temporal ocupada pela acção e enunciação de **C6**, **C7**, **C8** e **C9**. O Presente em “Então é isso” referencia o instante em que “se faz luz” na mente do locutor. Daí as aproximações, lícitas a meu ver, entre o relato e o monólogo interior.

Logo a seguir, porém, esse tempo é resumido através do valor de frequentativo do Presente em **C11**, **12** e **13**. O adverbial “nestas alturas” explicita a determinação da acção como plural, situando-a na perspectiva de uma série.

Mas o discurso prossegue, pontuado por situações culminativas no Presente: “...passa por nós a rir-se...” (**C14**); “Acabamos de entrar na selva...” (**C16**); algumas delas fixada na fase iminencial “...estamos prestes a passar...” (**C20**), “...estamos quase a alcançar...” (**C24**).

Em **C19**, o deíctico “agora”, ao marcar o instante da enunciação, deslocada, sinaliza por esta via uma mudança de intervalo de tempo relativamente ao ocupado pelo enunciado anterior, produzindo o efeito de captação do tempo como estando em movimento. Cumulativamente, a actualização deste deíctico neste contexto disponibiliza a implicatura relativa a uma contracção do tempo da viagem e a retoma da progressão da acção em tempo real.

Outra razão que atesta que podemos falar, como falei, da deslocação de toda a situação de enunciação para o intervalo de tempo onde decorre a acção global da viagem podemos-la encontrar em **C21**: “Zainul aproveita-se de uma breve descida e vai por ali fora... em direcção a um autocarro que vem em sentido contrário”. Os deícticos “vai”, “ali”, “vem” revelam que é todo o campo mostrativo da acção, especificamente o *frame* espacial, e não só o temporal, que é recriado no discurso.

Em face desta deslocação, os morfemas verbais passam a referenciar sub-intervalos temporais constitutivos do intervalo temporal da acção global da viagem. Correlativamente, o enunciado **C23** — “Mas ganhou dois lugares.” — contém um Pretérito Perfeito que cobre um intervalo de tempo imediatamente anterior à enunciação desse enunciado; o valor

resultativo confirma esta interpretação. Tal vem corroborar a conclusão: a de que o ponto de radicação temporal já não é o do enunciado **B2**, mas sim um ponto referencial interno e móvel ao próprio macro-facto da viagem.

Para esta mesma conclusão conflui a activação do marcador “já” em **C24**: “Já passámos a cidade de Killa Abdullah...”; e **C31**: “Já dobrámos o cume...” que marca o termo de uma parte da realização da acção global e focaliza uma nova fase, mais avançada de realização do processo. A repetição do advérbio revela a mobilidade da perspectiva enunciativa, em acompanhamento da progressão fascada da acção global.

O que é válido para o cálculo de anterioridade, tomado a partir de um ponto de referência interno ao processo, é também válido para o cálculo de posterioridade, em **C25**: “...daqui a meia hora ver-se-á Chaman...”; assim como em **C34** e **35**: “Perderá a liderança para a Reuters...”; “Mas no regresso, ...há-de vingar-se”, potenciando-se, em acréscimo, neste último enunciado, matizado modalmente, a assunção da perspectiva da personagem.

Tal como anunciei, a viagem termina, mas o *frame* temporal inicial não é restaurado. O organizador temporal “À chegada ao hotel” em **D36** é compatível com “ontem” do enunciado **B2**. Mas o Presente simples e, sobretudo, o Presente progressivo instalam em absoluto a vigência dessa actualidade, digamos, reproduzida.

O texto terminou, porque a viagem singular acabou — mas terminou sem conclusão no sentido em que não se atingiu nenhum ponto de alcance diegético ao qual se subordinassem as acções distribuídas no tempo; pelo contrário, elas sucederam-se em simples acumulação visando o preenchimento das várias fases de realização do processo global da viagem: nenhuma causa para nenhuma consequência.

É certo que selecionei um texto de cuja orientação comunicativa faz parte a simulação de um relato oral de uma corrida de automóveis, de um *rally*, e por isso ele pareceu-me idealmente eficaz na exemplificação das regularidades apontadas na primeira parte desta exposição. Mas isso não quer dizer que a opção por um regime enunciativo próprio do relato, tal como o venho descrevendo, seja apenas um facto de estilo; pois que o encontramos — talvez, reconheço, não de forma tão marcada ou condensada — na reportagem, no diário e nos escritos de viagem.

ANEXO

PÚBLICO

CRÓNICA

Uma Viagem Alucinante

Quinta-feira, 15 de Novembro de 2001

Do nosso enviado especial Fernando Marques, em Chaman

(A1) A viagem até à fronteira de Chaman é já um sacrifício em si mesma, mas os motoristas paquistaneses que transportam os jornalistas nos seus carros particulares transformam-na numa aventura alucinante. (B2) Ontem, a coluna de dez veículos partiu a meio da manhã do Hotel Serena, liderada e fechada por duas “pick-up” da força de intervenção anti-terrorista da Polícia de Quetta. (B3) Ainda na cidade, é já uma algazarra: buzínadelas ininterruptas, ultrapassagens arriscadíssimas e sem nexos, tangentes que só por milagre (e pelo facto de os muçulmanos não beberem álcool) não resultam em acidentes graves.

(B4) Mas a aventura, verdadeiramente, só começou depois de Kuchlak, uma cidade a dez quilómetros de Quetta cuja população é conhecida pela sua calma e cordialidade. (C5) Leva algum tempo a perceber a razão por que agem assim. (C6) Zainul Abaden, o motorista do PÚBLICO, não pára de rir. (C7) Acaba de ultrapassar com o nosso velho Toyota Corolla, o jipe da Reuters e esfrega as mãos de contente. (C8) Pergunto-lhe porquê. (C9) Diz-me que não me preocupe, pois vamos à frente. (C10) Então é isso: a luta é por ser o primeiro da coluna logo a seguir à “pick-up” da polícia.

(C11) Os polícias imprimem uma grande velocidade ao cortejo - e alguns ficam para trás. (C12) É preciso parar e esperar por eles. (C13) E é só nestas alturas, e na passagem pelos inúmeros postos policiais existentes até Chaman, que o coração acalma. (C14) O carro de um jornalista finlandês passa por nós a rir-se, e Zainul fica zangado. (C15) Mas não pode fazer grande coisa. (C16) Acabamos de entrar na selva. (C17) Na Jungle Pir Alizai, uma cidade-bazar habitada por Afegãos, suja, doentia e populosa. (C18) Aqui vende-se de tudo: Kalashnikov e todo o tipo de armas ligeiras, equipamentos electrónicos, haxixe, ópio e heroína.

(C19) Agora vamos para aí em quartos, já levamos uma boa hora de viagem. (C20) Abdul Awheed, o meu tradutor e “assistente”, diz-me que estamos prestes a passar por Maizai Ada, uma das cidades do Baluchistão mais turbulentas, devido às lutas sem tréguas entre várias pequenas tribos. (C21) Zainul aproveita-se de uma breve descida e vai por ali fora, pela direita (no Paquistão, conduz-se pela esquerda), em direcção a um autocarro que vem em sentido contrário. (C22) Ao retomar, “in extremis”, a sua faixa de rodagem, quase choca com a Reuters, que nos dá uma luta sem tréguas. (C23) Mas ganhou dois lugares.

(C24) Já passámos a cidade de Killa Abdullah e estamos quase a alcançar a montanha de Kozac, que cerca Quetta (por isso estão aqui instalados os principais campos militares paquistaneses) (C25) Do seu cume, daqui a meia hora, ver-se-á Chaman e o Afeganistão. (C26) Agora, a luta entre motoristas vai ser desenfreada. (C27) Nós voltá-

mos a perder terreno, porque Awheed, ao ver-me preocupado, mandou Zainul para o banco de trás. Humilhação. (C28) A caravana teve que esperar por nós uns dois ou três minutos. (C29) Zainul diz que Awheed trabalha bem com a cabeça e mal com os pés e as mãos, e retoma o volante. (C30) E a verdade é que, logo no arranque, toma a dianteira.

(C31) Já dobrámos o cume e estamos a descer para Chaman. (C32) Zainul vai a buzinar desenfreadamente, e quase atira para um precipício uma carrinha apanhada no meio da coluna. (C33) “Sir, who is the best driver?”.

(C34) Perderá a liderança para a Reuters na recta que precede o campo de refugiados de Killi Faizo. (C35) Mas no regresso, depois de fazer as suas orações a seguir ao almoço (outra vez galinha frita com “dody”), há-de vingar-se. (D36) À chegada ao hotel, já noite escura (ele veio em máximos, não tem médios, e perturba os polícias que vão na “pick-up”, cujo condutor também não é bom da cabeça), derrete-se em desculpas ao ver-me zangado. (D37) Mas, por dentro, está a cantar vitória.

Referências

- Adam, J. M. (1994a) Décrire des actions: raconter ou relater?. *Littérature* 95, pp. 3-22.
- (2000) Le temps et les temps dans les textes. In Moeschler, J. & M.-J. Béguelin *Référence temporelle et nominale: actes du 3e Cycle Romande des Sciences du Langage*. Berne: Peter Lang, pp. 107-121.
- Campos, Maria Henriqueta Costa (1997) Le marqueur «já»: étude d'un phénomène aspectuel. In Campos, Maria Henriqueta Costa *Tempo, Aspecto e Modalidade. Estudos de Linguística Portuguesa*. Porto: Porto Editora, pp. 53-67.
- van Dijk, T. A. (1976) *Philosophy of action and theory of narrative*. *Poetics* 5, pp. 287-338.
- (1978) Recalling and summarizing complex discourse. In Hölker, K., & W. Burghardt (Eds.) *Text Processing*. Berlin/New York: De Gruyter.
- Fleischman, S. (1990) *Tense and Narrativity: from Medieval Performance to Modern Fiction*. London: Routledge.
- Fonseca, Joaquim (1992) *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP.
- Fonseca, Fernanda Irene (1992) *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Hamon, Ph. (1981) *Introduction à l'Analyse du Descriptive*. Paris: Hachette.
- (1993) *Du Descriptif*. Paris: Hachette.
- Hopper, Paul J. (1982) *Tense-Aspect: between Semantics and Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Hopper, Paul J. & S. A. Thompson (1980) Transitivity in grammar and discourse. *Language* 56 (2), pp. 251-299.
- Polanyi, L. (1982) Linguistics and social constraints on story-telling. *Journal of Pragmatics* 6, pp. 509-524.
- Ricoeur, Paul (1980) Narrative time. *Critical Inquiry* 7 (1), pp. 169-190.

- Smith, Barbara Herrnstein (1980) Narrative versions, narrative theories. *Critical Inquiry* 7 (1), pp. 213-236.
- Stein, Nancy (1982) The definition of a story. *Journal of Pragmatics* 6, pp. 487-507.
- Vendler, Zeno (1967) Verbs and times. In Vendler, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Virtanen, Tuija (1992) Issues of text typology: narrative - a 'basic' type of text?. *Text, an Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse*, 12 (2), pp. 293-310.
- Waugh, L. R. (1992) Tense-aspect and hierarchy of meanings: pragmatic, textual, modal, discursive, expressive, referential. In Waugh, L. & S. Rudy *New Vistas in Grammar: Invariance and Variation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 241-260.
- Weinrich, Harald (1964) 1973 *Tempus. Besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart: Kohlhammer; tradução francesa *Le Temps. Le Récit et le Commentaire*. Paris: Seuil.